

Governo dá 116 mil euros para envolver IPSS na protecção de menores

Oposição questiona medida. Bloquista Mariana Aiveca diz que Mota Soares “não é ministro das IPSS”, mas da Segurança Social. Comunista Rita Rato teme estar “em causa sistema público da protecção de crianças”



Mota Soares não percebe a “oposição desta câmara” à contratação de mais técnicos das instituições sociais

Maria João Lopes

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, anunciou ontem na Assembleia da República uma verba anual de 116 mil euros para afectar técnicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ).

“Permitam-me que o anuncie, iremos a breve trecho contratualizar

Parlamento

com as IPSS [Instituições Particulares de Solidariedade Social] o acompanhamento de crianças e jovens em risco, integrando com técnicos seus as comissões que estiveram, hoje, sob maior pressão. Será um investimento anual de 116 mil euros que permitirá nestas a afectação desses técnicos”, afirmou Mota Soares no debate de urgência, requerido pelo PS, sobre a “Situação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens”, e depois de o presidente da Comissão

Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Armando Leandro, ter admitido que estes organismos vivem com falta de recursos humanos.

Na quarta-feira, o *Jornal de Notícias* avançava que o Governo quer colocar as IPSS a apoiar de forma permanente as CPCJ, algo que Armando Leandro entendeu poder “contribuir muito” para o reforço da protecção das crianças.

Mas a oposição questionou a medi-



da. A bloquista Mariana Aiveca acusou o Governo de estar a promover a “solidariedade da caridadezinha” e lembrou que Mota Soares “não é ministro das IPSS”, mas da Segurança Social. A comunista Rita Rato criticou o governante por “colocar em causa o sistema público da protecção das crianças” e dizer às IPSS para se desenharem “a contratar técnicos”: “Só um sistema público com técnicos da Segurança Social pode assegurar a protecção cabal dos direitos das crianças. Está a destruir as condições de funcionamento das CPCJ. Despede técnicos e atira responsabilidades para as IPSS.”

O ministro insistiu que esta é uma resposta de “proximidade” e disse não perceber a “oposição desta câmara” à contratação de mais técnicos das instituições sociais, “numa lógica de interdisciplinaridade”. Defendeu que as instituições sociais “fazem parte do nosso edifício social” e que sobretudo o PS está a levantar um “anátema de suspeita que não pode ser”, até porque, defendeu, no caso em questão, “a participação das IPSS garante maior ligação à comunidade”. Também o secretário de Estado Agostinho Branquinho fez questão de frisar que as IPSS “são particulares e sem fins lucrativos”.

“Prosa criativa”

A oposição questionou ainda os números apresentados por Mota Soares, que garantiu que, “segundo os dados mais recentes”, o número global de membros afectos às CPCJ “aumentou expressivamente neste

mandato”: “Em 2011 eram 4526 e no final de 2014 eram 5165.”

O governante afirmou que “comparativamente a 2011, a Segurança Social tem técnicos mais tempo afectos às CPCJ”: “No total, estão hoje mais 1278 horas dedicados em exclusivo às CPCJ.” Ou seja, continuou, há “mais pessoas, mais horas”; “mais processos tratados”. “São tratados mais 3600 processos do que em 2011”, disse, acrescentando que “não só a representação da Segurança Social está devidamente assegurada pelo ISS [Instituto da Segurança Social] nas 278 CPCJ, existentes no território continental, como em 33% dos casos a afectação de técnicos é superior à prevista nos critérios”. Critérios esses, frisou, que foram estabelecidos em “articulação com a comissão nacional, que com eles concordou e que dão em média um rácio de 40 processos, por técnico, por ano”.

Mas Mota Soares quer que esse “reforço” seja “maior” e propõe um aumento para as 3604 horas semanais de “tempo exclusivamente dedicado aos processos destas crianças”. O ministro não esclareceu, porém, de que forma vão estas horas ser distribuídas.

No discurso, ressaltou apenas que há diferenças entre “as CPCJ das áreas metropolitanas com mais de 500 processos instaurados anualmente e outras em zonas mais rurais com volumes abaixo dos 20 processos.”

O ministro afirmou ainda que os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Familiar vão ser reforça-

dos até ao final de Abril com mais 13 acordos de cooperação, abrangendo “mais 3132 pessoas”. E que as participações dos Lares de Infância e Juventude aumentaram de 410 euros, em 2010, para 700 euros, em 2015, “num total de investimento anual superior a 38 milhões de euros”.

De uma forma geral, a maioria elogiou o trabalho do executivo. Já o socialista João Paulo Pedrosa lembrou que o Governo despediu técnicos e referiu-se ao que tem andado a fazer como “uma autêntica trapalhada”. A socialista Idália Serrão criticou o governante por não resolver a questão: “O ministro ou foge ou está do lado errado quando os portugueses dele necessitam, neste caso do lado errado das crianças e das famílias.”

E acusou o Governo de ter “preconceitos ideológicos contra o serviço público” e de ter “um péssimo relacionamento com os direitos sociais e com a inclusão social”. Idália Serrão chamou mesmo ao discurso e aos números de Mota Soares “prosa criativa” e insistiu que fugiu ao essencial: “Por que razão retirou técnicos das CPCJ? Sobre isso não nos disse nada.”

Também Rita Rato se espantou com o facto de Mota Soares dizer “que está tudo bem e que o Governo tem feito mais”, considerando que tal demonstra um “profundo desrespeito” para com os técnicos destas comissões que têm alertado “para a gravidade da situação”.